

GETÚLIO VARGAS E O DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Rogério Baptistini MENDES¹

- **RESUMO:** Este artigo, resultado de pesquisa financiada pela Fapesp para a obtenção do grau de doutor em Sociologia, procura analisar a relação entre o presidente Getúlio Vargas, desde a sua ascensão ao poder em novembro de 1930, e o processo ambíguo de desenvolvimento econômico, político e social que se seguiu, culminando na industrialização e na construção do Brasil moderno.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Estado. Desenvolvimento. Nacionalismo. Modernização.

Getúlio Vargas assume o poder em novembro de 1930 para governar um país de inserção colonial, abalado pela crise do sistema econômico ao qual estava subordinado. Não bastasse esse desígnio, a sociedade que ele se propõe a governar vivia num estágio de infância política, sendo a cidadania exclusividade das elites e da minoria que compunha o espaço urbano. De fato, o ex-presidente do Rio Grande do Sul assume a direção de um país atrasado, mergulhado numa crise econômica de grandes proporções e desprovido das condições de produzir bens manufaturados a partir das matérias-primas que não encontravam demanda externa suficiente para garantir as receitas nacionais. Conforme salienta Pereira (1985), o modelo econômico primário-exportador, que caracterizava a inserção brasileira retardatária no capitalismo internacional, não gerou um desenvolvimento qualitativo das forças produtivas, permitindo apenas a formação de uma burguesia mercantil e de uma pequena classe média urbana, com a apropriação do excedente se mantendo através dos

¹ Departamento de Sociologia – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas-Unicamp – Campinas-SP – 13083-970. E-mail: rogerbam@terra.com.br.

mecanismos de acumulação primitiva – expropriação e exploração dos “de baixo”².

O cenário desalentador, no entanto, não impediria que o movimento que depôs Washington Luís significasse uma verdadeira revolução no Brasil, acelerando o tempo histórico rumo à imposição do capitalismo industrial e das modernas formas de extração do excedente. Talvez, a exagerada afirmação de um contemporâneo dos fatos subsequentes à campanha eleitoral de 1929 faça sentido:

[...] não há nada que faça amadurecer mais rapidamente as aspirações latentes de um povo do que uma ardente campanha política [...] Abrem-se naturalmente todas as comportas. Os relógios se adiantam como se os ponteiros tivessem enlouquecido” (FONTOURA, 1963, p. 36).

Pois bem, a partir de 1930 a revolução brasileira se desdobra em fases sucessivas, com a superação do exclusivismo agrário e o estabelecimento dos alicerces fundamentais da vida urbana e industrial. O Getúlio Vargas que deixa pela segunda vez um mandato presidencial inconcluso, abatendo-se em suicídio, com sua ação executiva faz justiça ao jovem acadêmico de Direito que, em 1906, discursando em nome dos estudantes de Porto Alegre, reclama ao recém eleito presidente Afonso Pena:

[...] quantas causas de estagnação pesam sobre um país novo, exaurido pela capitação e fisco, sopeando o livre desenvolvimento das atividades industriais! Amarga resultante para quem se vê coato a comprar manufaturados no estrangeiro, os gêneros da própria matéria-prima que exporta.³

Tendo ascendido ao poder numa época em que os princípios do liberalismo econômico sofriam uma verdadeira avalanche de críticas,

² De acordo com o autor, “[...] em consequência desse domínio do capital mercantil, do qual a produção e exportação de café é o protótipo, não houve nenhum desenvolvimento das forças produtivas. As técnicas de produção de café em 1930 eram muito semelhantes às vigentes um século antes”. (PEREIRA, 1985, p. 14).

³ A manifestação dos estudantes realizou-se a 15 de agosto de 1906. Paul Frischauer, biógrafo de Getúlio, assim a descreveu: “Milhares e milhares de pessoas aguardavam o aparecimento do Presidente eleito, à sacada do Palácio. Defronte, fora erguida uma tribuna, cujos degraus de madeira Getúlio Vargas subiu, com passos firmes e vagarosos. A multidão rompeu em vivas. Não se endereçavam, naturalmente, aos estudantes, mas ao Dr. Afonso Pena, que os manifestantes tinham vindo saudar. O jovem da tribuna, com calma inalterável, olhava para a balastrada do balcão. Não trazia consigo nenhum manuscrito. Falaria de improviso. [...] O discurso foi improvisado, mas era como se o orador tivesse um manuscrito nas mãos, como se lesse frases construídas com arte a um auditório conhecido de longa data. Foi um discurso patriótico, mas não isento de críticas, e sua culminância espiritual consistiu na declaração de que o Brasil, apesar de todas as grandes manifestações de solidariedade patriótica, ainda não alcançara aquele ponto de alta fusão que caracteriza a formação definitiva de uma nacionalidade. [...] O estudante Getúlio Vargas, que subira à tribuna com passo firme, deixou-a com um pouco menos de firmeza. Os abraços e felicitações eram excessivos, e os aplausos demasiado ruidosos.” (FRISCHAUER, 1944, p. 96-99).

motivadas, sobretudo pelo caos econômico dinamizado internacionalmente com a quebra da Bolsa de Nova Iorque, Getúlio Vargas soube aproveitar-se de uma situação interna de quebra da hegemonia do grupo social fundamental para, a partir “do alto”, comandar a implementação de um novo projeto de país. Sua ação executiva culminou com a criação de um Estado forte e modernizador, apto a exercer o controle social e intervir economicamente. Conforme observou Agamenon Magalhães, analisando o episódio da Aliança Liberal,

[...] a causa aparente e imediata da Revolução de 1930 foi uma questão eleitoral, mas o que se viu depois foi que a Revolução foi mais séria e mais profunda do que se esperava: uma luta entre o fato social e o fato político. O Estado foi estendendo a sua jurisdição, reconhecendo o fato social e disciplinando os seus efeitos. (CAMARGO, 1983, p. 9, grifo do autor).

Se quisermos falar gramscianamente, poderemos dizer que Getúlio Vargas foi fundamental para a definição do caráter passivo de nossa revolução burguesa, sobretudo pelo que renovou, mais do que pelo que foi restaurado⁴. Entretanto, devemos considerar como válida a ponderação de Luiz Werneck Vianna (1989, p. 54-55), segundo a qual,

[...] convertido o Estado em agência de modernização econômica, sua natureza é marcada pela ambigüidade. Orientado para operar a mudança na ordem burguesa, põe-se na defesa de valores pretéritos, Estado que se sobrepõe à sociedade como ente fiador da continuidade da tradição, o ‘verde-amarelismo’ em oposição à influência do ‘exótico’, vista a modernização econômica mais da perspectiva dos interesses de uma abstrata comunidade nacional, diante das pressões subordinadoras dos países de capitalismo hegemônico, do que pela realização dos interesses efetivamente manifestos no interior da sociedade civil.

De fato, a famosa Carta-Testamento de Getúlio Vargas parece dar razão ao crítico Werneck Vianna (1989), sobretudo por nomear os adversários e, com isso, fortalecer a clivagem da luta política subsequente no Brasil: nacionalismo x entreguismo⁵. Mas, o fundamental

⁴ Conforme explica Carlos Nelson Coutinho, em ensaio de interpretação da história brasileira à luz dos conceitos de Gramsci, a idéia de revolução passiva “[...] sublinha fortemente o momento superestrutural, em particular o momento político, superando assim as tendências economicistas [...]. ao contrário de uma revolução popular, realizada a partir “de baixo”, [...] implica sempre a presença de dois momentos: o da restauração (na medida em que é uma reação à possibilidade de uma transformação efetiva e radical ‘de baixo para cima’) e o da ‘renovação’ (na medida em que muitas demandas populares são assimiladas e postas em prática pelas velhas camadas dominantes)”. (COUTINHO, 1989, p. 122).

⁵ Na Carta-Testamento, Getúlio nomeia como inimigos os grupos internacionais, conforme se depreende da leitura da seguinte passagem: “Depois de decênios de domínio e espoliação dos grupos econômicos e financeiros internacionais, fiz-me chefe de uma revolução e venci. Iniciei o trabalho de libertação e instaurei o regime de liberdade social. Tive de renunciar. Voltei ao governo nos braços do povo. A

a ser observado num olhar de amplo alcance, é que o período iniciado em 1930 e estendido para além do segundo governo de Getúlio Vargas é marcado por sucessivas recomposições com os setores hegemônicos internos e externos, culminado com uma acomodação em uma nova situação de dependência estrutural. Nesta, conforme esclarece Pereira (1985, p. 15), a economia brasileira alcança “[...] suficiente grau de integração industrial para ficar sujeita a ciclos endógenos, gerados pela sua própria dinâmica interna”. O status industrial duramente alcançado, entretanto, não atendeu às promessas do líder de 1930⁶. A indução política da modernização econômica, reforçada pelo desprestígio da ideologia liberal e pelas dificuldades que açodavam a classe social com que ela estava identificada, gerou um capitalismo exclusivista desprovido de modernidade política: uma sociedade atrasada na vivência de seus direitos, tutelada por um Estado patrimonial e corporativo. Autoritarismo que faz sentido para parcela expressiva da elite política e intelectual da década de 1930, preocupada com os problemas brasileiros, ansiosa por elevar o país a uma nova situação no concerto das nações. Conforme dirá Nelson Werneck Sodré (1942, p. 34), analisando o primeiro livro de Azevedo Amaral, *Ensaio Brasileiro*, a elite pensante de então,

[...] chocada no seu subconsciente pela crise mundial iniciada em Wall Street em 1929 e repercutida no Brasil na subversão político-militar do ano seguinte, começava a acordar do longo sono, da inércia e da atonia, para sentir a realidade e compreender que era preciso, para as novas direções e para os novos caminhos, uma verdadeira consciência política, um sentido pragmático e objetivo, abandonando as velhas fórmulas e o verbalismo sonoro com que se embalava e iludia.

campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho [...]”. (IANNI, 1988, p. 64). Referências ao famoso texto podem ser encontradas em várias obras dedicadas à história política do Brasil; o texto integral pode ser encontrado, entre outros, no trabalho de Silva (1980).

⁶ “Vitoriosa a Revolução, o Brasil retoma o caminho que o fará ascender ao destino que lhe compete. O gigante despertou da longa modorra, distendeu os membros entorpecidos, experimentou a rijeza dos músculos e, com desassombro, se pôs em marcha, afastando todos os obstáculos que se opunham ou retardavam o seu progresso. Explosão da consciência coletiva do país, a Revolução não foi feita para beneficiar uma classe, um grupo ou partido; tendo adquirido a sua energia redentora pelo concurso de todas as forças vivas da Nação, venceu, ao contrário, para arrancar o país do domínio das facções que o exploravam, restituindo-o à direção de todos os brasileiros dignos de colaborar nessa abençoada tarefa. [...] Aos verdadeiros partidários do movimento triunfante cumpre o dever de canalizar as correntes profundas da opinião nacional, disciplinando-as, para impedir o perigo das inundações, e procurando, ao mesmo tempo, uniformizar as tendências sociais em aparência dispares, afim de evitar os atritos que retardam o desenvolvimento perfeito das funções do Estado. Do esforço coletivo dos brasileiros e da vigilância patriótica de todos os revolucionários, ressurgirá o Brasil novo. Sente-se que esse ressurgimento se executará com rapidez, pois um sopro de esperança areja o ambiente, inspirando à Nação confiança no futuro, pela fé que lhe inspira o presente. [...] Para o nosso caso, revolução é, antes de tudo, transformação, esforço para tornar latentes novas energias sociais, que fortaleçam o regime depauperado, impondo moralidade absoluta e justiça perfeita. [...] De hoje em diante, o elo que vos deve ligar indissolavelmente é o espírito de renovação revolucionária, indispensável para que se transforme em realidade o ideal de engrandecimento do Brasil”. (VARGAS, 1938, v. 1, p. 83-87).

Getúlio Vargas aparece então, para a elite reformista de 1930, como o guia ideal do desenvolvimento, capaz de implementar um projeto calçado no reconhecimento da realidade brasileira. Ele próprio, parte integrante dessa elite, acredita ser portador de uma missão elevada. Em discurso proferido no ano de 1931, afirma as animadoras perspectivas que se abrem ao país em reconstrução:

[...] a convalescença orgânica da Nação prenuncia-se rápida. Por toda a parte, a confiança renasce. Produtores, industriais e comerciantes redobram de atividade, confiantes no auxílio do Estado. As medidas excepcionais, tomadas para amparo da nossa produção, procurando, ao mesmo tempo, iniciar, sob base sólida, o aproveitamento de novas fontes de riqueza, farão aparecer, sem demora, os efeitos esperados. Percebe-se, lento, porém seguro, esforço de reconstrução, impossível de ser paralisado enquanto não se restabeleça o ritmo normal do nosso progresso. (VARGAS, 1938, v. 1, p. 127)⁷.

Impossível não se verificar nessa fala germes de nacionalismo, a idéia de construção da nação pelo homem de Estado, condutor do desenvolvimento da sociedade. Como bem salienta Lúcia Lippi Oliveira (1982, p. 26),

[...] foram os ideais nacionalistas – aqueles que reforçam a autoridade do Estado e do chefe como construtores da nacionalidade – os que mais empolgaram os nossos intelectuais, principalmente os que buscavam novas soluções para uma crise insuperável da liberal-democracia, ou, como muito freqüentemente escreviam, o 'demoliberalismo'.

É importante ressaltar que a noção de desenvolvimento não se resume meramente a um artifício ideológico dos pensadores e políticos de 1930, desejosos de estabelecer um divisor de águas com a situação deposta. Mais do que isso, o processo conduzido por Getúlio representou um fato

⁷ Nesse mesmo discurso, Getúlio condena de morte o Estado liberal, afirmando que "[...] o Estado, puramente político, no sentido antigo do termo, podemos considerá-lo atualmente, entidade amorfa, que, aos poucos, vai perdendo o valor e a significação. [...] A velha fórmula política, patrocinadora dos direitos dos homens, parece estar decadente. Em vez do individualismo, sinônimo de excesso de liberdade, e do comunismo, nova modalidade de escravidão, deve prevalecer a coordenação perfeita de todas as iniciativas, circunscritas à órbita do Estado, e o reconhecimento das organizações de classe, como colaboradoras da administração pública. [...] Nessas condições, a política econômica brasileira deve, em parte, orientar-se no sentido de defender a posse e a exploração das fontes permanentes de energia e riqueza, como sejam as quedas d'água e as jazidas minerais. Julgo, ainda, aconselhável a nacionalização de certas indústrias e a socialização progressiva de outras, resultados possíveis de serem obtidos mediante rigoroso controle dos serviços de utilidade pública e lenta penetração na gerência de empresas privadas cujo desenvolvimento esteja na dependência de favores oficiais." (VARGAS, 1938, v. 1, p. 120-122).

irresistível, que uma vez iniciado passou a gerar desdobramentos ulteriores. Novamente é a Pereira (1985, p. 20) a quem recorremos para afirmar que as mudanças configuradas nos anos da década de 1930 tiveram como aspecto dominante do seu fluxo “[...] a transformação econômica e como resultado por excelência o crescimento do padrão de vida da população.” Não é por outro motivo que os trabalhadores dedicaram a Getúlio uma comovente afeição: os atos de seu governo, indiscutivelmente, ampliaram o horizonte social dos “de baixo”, mesmo que tenham mantido a exclusão do padrão de dominação e a desigualdade na distribuição da riqueza. E antes mesmo que pudesse agir, o líder gaúcho suscitou esperanças em uma população oprimida pelo regime oligárquico que a República herdou do Império e não foi capaz de superar. Basta observar a narrativa de Hélio Silva (1980, p. 45) sobre a chegada de Getúlio em São Paulo, durante a campanha eleitoral de 1929:

[...] a visita de Vargas a São Paulo marca o início do ‘queremismo’. Ninguém previa uma recepção calorosa. O estado, altamente politizado e policiado pelo PRP, devia acolher com reservas o adversário de seu presidente e candidato à Presidência da República. [...] Mas, na estação do Brás, na zona operária, uma multidão se formara, espontaneamente, sem ligações políticas, guiada por seus líderes naturais, na ressonância das promessas feitas pelo candidato da Aliança Liberal aos trabalhadores, ao povo, aos humildes. Vargas sentiu, pela primeira vez, o apoio do povo que o acompanharia em toda a vida, até o cortejo fúnebre que conduziu o seu cadáver do Palácio do Catete ao avião que o levou a São Borja. A multidão gritava: ‘Queremos Getúlio! Queremos Getúlio!’⁸

As promessas da Aliança Liberal, que despertaram o apoio das massas ao político Getúlio Vargas, entretanto, esgotavam-se numa confusa reivindicação de saneamento do sistema político, com eleições limpas, livres e honestas. Como afirmou o próprio candidato, no famoso discurso proferido na Esplanada do Castelo, no Rio de Janeiro⁹, “[...] a campanha [...] exprime uma generalizada e vigorosa tentativa de renovação dos costumes políticos e de restauração das práticas da democracia, dentro

⁸ Também Carlos Heitor Cony descreve esse episódio, citando Paulo Nogueira Filho: “Confesso, muitos anos decorreram para que compreendesse o sentido exato daquela gigantesca manifestação até hoje sem igual no seu volume, espontaneidade e vibração. No amplexo daquelas multidões, em meio ao frenesi coletivo, alguém bradou: Nós que-re-mos Ge-tú-lío! A massa, como nunca São Paulo vira igual, repetia: Nós que-re-mos Ge-tú-lío!”. (CONY, 1974, p. 114).

⁹ Em 1º de janeiro de 1930, Getúlio Vargas apresenta sua plataforma de governo em comício na Esplanada do Castelo, no Rio de Janeiro.

da ordem e do regime.” (VARGAS, 1938, v. 1, p. 20)¹⁰. Mas, como já vimos, os fatos de 1930 ultrapassaram as promessas iniciais de campanha. Para isso contribuiu a conjuntura internacional de crise do capitalismo somada à conjuntura interna difícil e ao descrédito na doutrina liberal. Na clássica interpretação de Celso Furtado (1959) encontramos a resposta ao processo de substituição de importações que, potencializado na década de 1930, constituiu a primeira fase do nosso desenvolvimento industrial. Assim, temos que a crise em que estava imerso o Brasil, como as crises típicas que abatem as economias de origem colonial, era gerada externamente; e a resposta a ela era a depreciação da moeda nacional para manter-se o nível de renda no setor voltado à exportação.

Mantinha-se, assim, a procura monetária em nível relativamente elevado no setor exportador. Esse fato, combinado com o encarecimento brusco das importações (consequência da depreciação cambial), à existência da capacidade ociosa em algumas das indústrias que trabalhavam para o mercado interno e ao fato de que já existia no País um pequeno núcleo de indústrias de bens de capital, explica a rápida ascensão da produção industrial, que passa a ser fator dinâmico principal no processo de criação de renda. (FURTADO, 1959, p. 212).

O que queremos enfatizar é que a construção do Brasil Moderno, urbano e industrial, não se deveu a um mero episódio estrutural, onde a vontade e a decisão dos atores fosse simples reflexo das forças motrizes do sistema econômico em nível macro. A pressão das circunstâncias inerentes ao sistema certamente pesou na tomada de decisões, mas o caminho a ser seguido dependeu, sobretudo, da capacidade de escolha dos detentores de poder, em particular do chefe político, do homem de Estado. Se o Brasil trilhou o caminho que o levou, mais tarde, a integrar-se no rol das economias industriais modernas, foi porque houve deliberação para tanto. Num ambiente onde os interesses tradicionais ligados ao setor exportador estavam enfraquecidos e não havia, por parte da sociedade, força de empuxo suficiente para impulsionar a mudança, coube a Getúlio

¹⁰ A plataforma da Aliança, além de conter promessas de saneamento do sistema político, continha uma visão do desenvolvimento econômico do país, conforme segue: “Nenhuma política financeira poderá vingar sem a coexistência paralela da política do desenvolvimento econômico. [...] O problema econômico pode-se resumir numa palavra – produzir, produzir muito e produzir barato, o maior número aconselhável de artigos, para abastecer os mercados internos e exportar o excedente das nossas necessidades. [...] O surto industrial só será lógico, entre nós, quando estivermos habilitados a fabricar, senão todas, a maior parte das máquinas que lhe são indispensáveis. Daí, a necessidade de não continuarmos a adiar, imprevidentemente, a solução do problema siderúrgico. Não é só o nosso desenvolvimento industrial que o exige: é, também, a própria segurança nacional, que não deve ficar à mercê de estranhos, na constituição dos seus mais rudimentares elementos de defesa.” (VARGAS, 1938, v. 1, p. 38-39).

Vargas encarnar a tensão das forças sociais em luta pelo poder e dirigir o ímpeto mudancista para um rumo progressista. Agindo diretamente a partir do Estado, “pelo alto”, Getúlio, a cada nova conjuntura, foi capaz de compor-se e recompor-se com as forças políticas e sociais que dirigiam pressões ao núcleo do poder. Dessa forma, garantiu o traçado renovador de seu governo, ainda que incomodado pela capacidade de persuasão das forças ligadas à velha ordem¹¹. Conforme descreve Francisco Iglésias (1993, p. 234), analisando o período do governo discricionário (1930-34), “Vargas comanda a mudança e há farta legislação que parte do Executivo – só esse poder funciona –, com muitas novidades”.

Getúlio, que acumulou experiência na política regional de seu estado, o Rio Grande do Sul, e se “nacionalizou” como político sendo Deputado Federal e Ministro da Fazenda de Washington Luís, como chefe de governo centraliza as decisões, antes partilhadas com as oligarquias regionais, no Executivo federal. Edita medidas referentes a impostos, moeda e câmbio; decide sobre política agrícola, comercial, industrial e financeira; legisla sobre salários; cria ministérios, conselhos e códigos fundamentais ao desenvolvimento econômico subsequente. Sua obra renovadora parte do reconhecimento da possibilidade de uma outra ordem econômica e social, na qual se transita para padrões mais “civilizados” de extração do excedente econômico ou, em termos marxistas, transita-se da extração da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa. Neste sentido, compreende-se a atenção dedicada à questão social, com a criação do Ministério do Trabalho e a Lei de Sindicalização de 1931. Tratava-se de se antecipar ao conflito político de classes, concedendo direitos e restringindo a livre manifestação dos “de baixo” – na análise sempre crítica de Werneck Vianna (1989), tratava-se da construção de uma classe operária para o Capital. Mas também, da parte do dirigente, astúcia para criar uma base social de sustentação política para a sua ação, como fica claro na mensagem de Getúlio dirigida ao povo brasileiro no momento de sua deposição, em 29 de outubro de 1945:

Ao povo brasileiro procurei servir, sempre, defendendo com intransigência as suas aspirações e legítimos interesses. [...] Os trabalhadores, os

¹¹ É interessante notar que a consciência popular conseguiu captar essa aparência de independência de Getúlio, de homem que paira acima das circunstâncias, se moldando a elas e direcionando-lhes o curso. Num curioso soneto, de autor desconhecido, publicado pelo jornal Correio da Manhã, em 1946, essa constatação se mostra: “Com Castilhos, eu fui positivista, Com Borges, eu fui ditatorial, Com o Washington Luís, protecionista, E com Assis Brasil, um liberal.../ C os tenentes, tornei-me tenentista, E, mais tarde, apoiiei o General, Em religião, eu fui materialista, Protestante e católico, afinal.../ Meus colegas me dizem democrata, Reputam-me os da esquerda integralista, E os meus irmãos me chamam sociocrata./ Não esgoteis, porém, tamanha lista, Não vos canseis, que, na expressão exata, Eu sou, no fundo, apenas getulista!”. (JORGE, 1985, v. 1, p. 22).

humildes, aos quais nunca faltarei com o meu carinho e assistência – o povo, enfim, há de me compreender. E todos me farão justiça. (VARGAS, 1947, v. 11, p. 205-206).

Depois de novembro de 1930 configura-se um novo cenário na evolução da sociedade brasileira: novas classes sociais – burguesia industrial e proletariado urbano – requerem atenção na tomada de decisões políticas, marcando o desenvolvimento ulterior do país. As antigas oligarquias ligadas ao setor exportador progressivamente decaem em prestígio e influência. O Estado passa a ser um importante indutor do desenvolvimento, coordenando esforços, planejando, intervindo diretamente na produção, controlando a ordem social. Conforme salienta Octávio Ianni (1991, p. 46),

[...] até 1930 predominava no governo e entre os compradores de força de trabalho quase que a mesma concepção oligárquica de poder e mando característica da sociedade agrária de então. [...] Foi a ascensão das classes sociais urbanas, com a deposição do Governo Washington Luís, em 1930, que criou novas condições sociais e políticas para a conversão do Estado oligárquico em Estado burguês. Esse foi o contexto em que Getúlio Vargas, nos anos 1930-1945, passou a pôr em prática novas diretrizes políticas, quanto às relações entre assalariados e empregadores.

É quando tomam forma as concepções de cooperação entre capital e trabalho sob o manto protetor do Estado, garantidor das leis sociais. Sobre esse aspecto, após a decretação do Estado Novo (1937), Vargas (1938, v. 5, p. 171) dirá que

[...] as leis sociais com que o atual Governo, por iniciativa própria, tem procurado amparar as classes trabalhadoras devem constituir motivo de orgulho para os brasileiros. Tudo se fez sem abalos e inquietações. Os beneficiários pelas nossas leis sociais, vendo satisfeitos as suas mais justas aspirações, souberam corresponder ao amparo do Estado, repelindo todas as tentativas de infiltração demagógica com que os pregoeiros de teorias exóticas levantam, aos olhos deslumbrados dos crédulos e fantasistas, os falsos paraísos da felicidade social.

Capitalismo construído com base numa ideologia de Estado, o Brasil Moderno criado por Getúlio não reconhecia como legítima a luta de classes. O universo dos interesses devia ser controlado, para que o caminho do desenvolvimento pudesse ser trilhado a passos largos. Dessa forma, a organização autônoma dos “de baixo” não era recomendada. Dada a imaturidade política da sociedade – demonstrada, sobretudo no episódio da Constituinte de 33, geradora de um texto sobre o qual Getúlio afirmou:

“[...] não poderei governar com esta Constituição” (CONY, 1974, p. 156) –, era necessária, aos olhos dos reformadores, a tutela estatal. E esta se enquadrava perfeitamente num projeto político-ideológico mais amplo, marcado pela perseguição dos fins da acumulação econômica burguesa. Afinal, principalmente a partir de 1938, quando se impõe a Ditadura sobre o país, o novo Estado nacional busca a sua justificativa pela realização material do desenvolvimento. Não é por outro motivo que, nesse momento, a preocupação em coordenar as chamadas “forças vivas” da nação se torna prioritária para o governo e, em especial, para o chefe do Executivo. Tratava-se de garantir a expansão material do capitalismo industrial, impedindo a ocorrência de manifestações políticas indesejáveis que pudessem desacelerar o progresso. Por isso mesmo, a propaganda dos direitos sociais como dádiva, conforme se depreende do seguinte pronunciamento de Vargas (1938, v. 7, p. 293):

[...] a ação tutelar e previdente do Estado patenteia-se, de modo constante, na solicitude com que se criam os serviços de proteção ao lar operário, de assistência à infância, de alimentação saudável e barata, de postos de saúde, de creches e maternidades, instituindo o ensino profissional junto às fábricas e ultimamente voltando as suas vistas para a construção de vilas operárias e casas populares.

Como observamos, o Estado tutela, prevê, doa direitos, num discurso que demonstra sensibilidade quanto ao que se almeja.

Os discursos de Getúlio a partir da decretação do Estado Novo, principalmente, deixam claro o fim que se está a perseguir. Falando em Porto Alegre, em março de 1940, ele anuncia que “[...] com a exploração do petróleo, a criação da siderurgia e o aproveitamento do carvão nacional, o Brasil irá girar em torno de um novo eixo econômico com tal solidez e em tais proporções, que se alterará, até, o teor de nossa vida.” (VARGAS, 1938, v. 7, p. 227). E, de fato, essa promessa seria cumprida. Conforme lembra Francisco Iglésias (1986, p. 79-80): “Vargas realizou a modernização do País pelo fato de ser um homem que tinha visão de estadista, tinha a visão de conjunto que quase sempre faltou aos políticos brasileiros”. Acontece, que até então o poder representava a hegemonia de uma classe particular, ligada ao setor agrário-exportador; quando esta perde a primazia da dominação, sem ser substituída por outra classe em particular, cria-se o espaço para a saída bonapartista, com o chefe político se apresentando como o herói da nacionalidade.

É nesse sentido que talvez caiba matizar as avaliações críticas sobre o desenvolvimento como ideologia. Para lembrar apenas uma

das explicações canônicas, a de Octávio Ianni (1989, p. 98, grifo do autor):

[...] o desenvolvimentismo é a ideologia dessa ruptura parcial, frustrada, das nações que optam pelo desenvolvimento capitalista. Implica uma concepção abstrata da história, em que as contradições essenciais do sistema submergem nas soluções verbais da ideologia burguesa.

No entanto, quando observamos a trajetória e a obra de Vargas, o que se nota é algo bem mais profundo do que uma concepção abstrata da história. Basta ver a volúpia com que, à esquerda e à direita, a todo o momento se pretende enterrar a "Era Vargas".

BAPTISTINI MENDES, R. Getúlio Vargas and the national development. *Perspectivas*, São Paulo, v. 27, p. 121-132, 2005.

■ **ABSTRACT:** This article is a result of a research, financed by Fapesp, made as part of the obtention of the degree of Doctor in Sociology. It tries to analyze the relation between president Getúlio Vargas, since his ascension to power in November of 1930, and the ambiguous process of economic, social and political development that followed, resulting in the country's industrialization and in the construction of modern Brazil.

■ **KEYWORDS:** State. Development. Nationalism. Modernization.

Referências

CAMARGO, A. A revolução das elites: conflitos regionais e centralização política. In: *A REVOLUÇÃO de 30: seminário internacional*. Seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, setembro de 1980. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 1983. p. 7-46.

CONY, C. H. *Quem matou Vargas*. 2.ed. Rio de Janeiro: Bloch, 1974.

COUTINHO, C. N. *Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

FONTOURA, J. N. *Memórias*. Porto Alegre: Globo, 1963.

FRISCHAUER, P. *Presidente Vargas*. 2.ed. São Paulo: Nacional, 1944.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

- IANNI, O. O colapso do populismo no Brasil. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.
- _____. Estado e capitalismo. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- IANNI, O. Estado e planejamento econômico no Brasil. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- IGLÉSIAS, F. Aspectos políticos e econômicos do Estado Novo. In: SZRECSÁNYI, T; GRANZIERA, R. G. Getúlio Vargas e a economia contemporânea. São Paulo: Ed. Unicamp, 1986. p. 69-86.
- _____. Trajetória política do Brasil (1500-1964). São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- JORGE, F. Getúlio Vargas e o seu tempo: um retrato em luz e sombra. 2.ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985. v. 1.
- OLIVEIRA, L. L. Introdução. In: OLIVEIRA, L. L.; VELLOSO, M. P.; GOMES, A. C. Estado Novo: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 14-30.
- PEREIRA, L. C. B. Desenvolvimento e crise no Brasil (1930-1983). 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- SILVA, H. Vargas (o pensamento político de Vargas). Porto Alegre: L&PM, 1980.
- SODRÉ, N. W. Orientação do pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Vecchi, 1942.
- VARGAS, G. A nova política do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. v. 1.
- _____. A nova política do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. v. 5.
- _____. A nova política do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. v. 7.
- _____. A nova política do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1947. v. 11.
- VIANNA, L. W. Vantagens do moderno, vantagens do atraso. In: _____. A transição: da constituinte à sucessão presidencial. Rio de Janeiro: Revan, 1989. p. 47-64.